

Museus e coleções em perspectiva histórica: as primeiras décadas do Museu Julio de Castilhos (1903-1940)

Zita Rosane Possamai

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Essa comunicação trata sobre a relevância de investigar os museus em perspectiva histórica. Aqui, estudo mais detidamente o Museu Julio de Castilhos, o mais antigo museu criado no Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil. Concebido nos moldes de um museu enciclopédico, o Museu do Estado, criado em 1903, deveria abarcar em suas coleções os domínios da zoologia, botânica, geologia, antropologia, arqueologia, além de preocupar-se com a preservação de documentos históricos. Surgindo no alvorecer da República, nas suas primeiras décadas, o MJC caracterizou-se como um museu de ciências, dialogando com outras instituições nacionais e internacionais no âmbito da História Natural. A partir dos anos 1920 o museu adquiriu feição diversa. Como podem ser caracterizados esses diferentes momentos? Como foram formadas suas coleções nesses dois períodos? Quais relações podem ser traçadas entre o museu e os intelectuais, os cientistas e os políticos nos contextos estudados? Quais as práticas e representações construídas por seus pesquisadores? Que parâmetros científicos de construção do conhecimento foram mobilizados por seus pesquisadores? Estudar a história do Museu Julio de Castilhos permite compreender como se originaram coleções, instituições museológicas delas derivadas e saberes, num contexto histórico onde os museus detinham quase o monopólio exclusivo sobre a construção do conhecimento em muitas áreas.

Palavras-chaves: Coleção, museu histórico, museu de ciências naturais, Rio Grande do Sul – Brasil, Museu Julio de Castilhos

Palavras-chaves: Coleção, museu histórico, museu de ciências naturais, Rio Grande do Sul – Brasil, Museu Julio de Castilhos

Abstract: *This essay wants to show how important it is to investigate the museums from a historical perspective. I thoroughly study here the Julio de Castilhos Museum, which is the oldest museum in Rio Grande do Sul, the southernmost state of Brazil. The Museum created in 1903, was thought as an encyclopedic museum and thus, its collections should cover the zoology, botany, geology, anthropology and archeology's domains, besides the preservation of historical documents. Having its origin in the first years of the Republic, it firstly worked as a science museum, having close contact with other national and international institutions in the field of Natural History. From the 1920s on, it had different. Which are the characteristics of these different periods? How were its collections formed during these two periods? What relationships can be distinguished in the studied contexts between the museum and the intellectual ones, the scientists and the politicians? Which are the practices and representations built by their researchers? Which scientific parameters for the knowledge construction were used by its researchers? By studying the history of the Julio de Castilho Museum, it is possible to understand the creation of collections and its consequent museological institutions and knowledge in a historical context where the museums had practically a monopoly on the construction of knowledge in many areas.*

Key-words: *Collection, historical museum, science museum, Rio Grande do Sul – Brasil, Julio de Castilhos Museum*

A história dos museus brasileiros vem sendo investigada nos últimos anos, oferecendo uma melhor compreensão sobre instituições centenárias que foram concebidas no século XIX e início do século XX. Maria Margaret Lopes (1997) investigou os museus brasileiros em relação com a institucionalização das ciências naturais no território brasileiro, privilegiando o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Emilio Goeldi. Lilia Schwartz (2005), enfocando essas mesmas instituições, deu ênfase ao viés etnográfico de atuação desses museus. Observou, assim, a presença de parâmetros cientificistas e evolucionistas, em voga nos noventa, na formação de suas coleções. O Museu Histórico Nacional foi objeto de investigação de diversos pesquisadores, entre os quais se destacam Regina Abreu (1996), Miriam Sepúlveda dos Santos (2006), Mário de Souza Chagas (2009). A atuação histórica do Museu Paulista, impingida por seu diretor Affonso de Taunay, a partir da década de 1920, foi investigada por Ana Claudia Fonseca Brefe (2005).

Assim, são mais comuns os estudos sobre os museus centenários e localizados no Centro do país, enquanto as pesquisas sobre os museus de outras regiões do Brasil escasseiam ou são inexistentes, embora alguns destes tenham sido fundados ainda no século XIX, como o Museu Paranaense. No Rio Grande do Sul, o Museu do Estado, posteriormente denominado Museu Julio de Castilhos, em homenagem ao Patriarca dos republicanos do Partido Republicano Rio-Grandense, foi de forma exemplar construída por Letícia Nedel (1999). Graças a essa primeira grande investida da pesquisadora, pode-se investigar o MJC aproximando o olhar para problemáticas diversas. A autora abordou um longo período histórico que vai da criação da instituição em 1903 até os anos 1950, quando o museu teve seu acervo desmembrado, originando várias outras instituições culturais e museológicas no estado.

A importância da pesquisa de Letícia Nedel está em construir uma narrativa da história do ME, identificando-o como instituição gestora da memória no Rio Grande do Sul que precede a criação do IHGRGS e Arquivo Público; mapeando seus vários direcionamentos ao longo desse tempo, e, especialmente, verificando a atuação da instituição a partir de 1952, quando, assumindo a direção do museu, “Dante de Laytano definiu o Museu Julio de Castilhos como uma instituição expressamente destinada ao ‘culto das tradições do Rio Grande’.” (Nedel, 1999, p. 146).

A pesquisa que ora desenvolvo retorna à documentação (relatórios, legislação e correspondências) analisada por Letícia Nedel, detendo-me, no entanto, no ano de 1940 e buscando investigar especificamente a relação do museu com a educação, com o sistema de instrução pública e com as escolas (Possamai, 2009, 2010). Esse texto abordará o Museu do Estado, a partir de uma perspectiva histórica, buscando delimitar os diferentes momentos de sua atuação; as características de conformação de suas coleções e as relações entre o museu e os intelectuais, os cientistas e o poder político nos contextos estudados. Num escopo de investigação mais abrangente interessa-me investigar as práticas e representações (Chartier, 1991) construídas por seus pesquisadores e os parâmetros científicos de construção do conhecimento mobilizados por estes no contexto em questão.

O Museu do Estado foi criado em 1903, estando seu surgimento vinculado à 1ª Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul, realizada em 1901. Deste evento, o Museu herdou o material exposto - 360 exemplares de minérios passaram a compor seu acervo – e o espaço físico, dois pavilhões construídos para abrigar a exposição, no antigo Campo da Redenção, ao lado da Escola de Engenharia. Conforme o Regulamento da instituição:

Artigo 1º - Compete ao Museu do Estado:

- «1º - Receber, classificar e guardar todos os produtos naturais do Rio Grande do Sul e de outras quaisquer proveniências.
- «2º - Colecionar todos os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico.
- «3º - Reunir todos os elementos que possam ser uteis ao estudo antropológico dos habitantes primitivos não só do Rio Grande do Sul como do Brasil em geral.
- «4º - Reunir e classificar todos os vestígios paleontológicos que se acharem no Estado ou fora dele.
- «5º - Colecionar os produtos de ciências, indústrias e artes modernas.
- «6º - Colecionar documentos históricos de qualquer gênero.
- «7º - Estabelecer coleções filatélicas e numismáticas (RIO GRANDE DO SUL, 1903, p.26).

Pode-se observar que o Museu do Estado fora criado com objetivos bastante amplos, estando seus objetivos explicitados nas quatro seções constituídas por suas coleções, conforme ainda o seu regulamento:

Artigo 2º - Os artigos entregues ao Museu serão distribuídos pelas quatro seções seguintes:

- 1ª Secção de zoologia e botânica.
- 2ª Secção de mineralogia, geologia e paleontologia.
- 3ª Secção de antropologia e etnologia.
- 4ª Secção de ciências, artes e documentos históricos (RIO GRANDE DO SUL, 1903, p.27).

À parte o previsto na legislação, uma preocupação constante com os procedimentos científicos a serem adotados no trato com as coleções é percebida nos relatórios elaborados sob a direção de Francisco Rodolpho Simch, que lhe deu uma orientação de museu de ciências naturais em sintonia com o momento histórico e com as tendências no resto do país. No Brasil, conforme Maria Margaret Lopes (1997), até meados do século XIX, toda a ciência era feita por viajantes estrangeiros, que vinham para o país com o intuito de coletar os produtos naturais a fim de abastecer as coleções museológicas europeias. Os primeiros museus brasileiros foram fundados e buscavam sua consolidação dentro do período denominado como Era dos Museus, de 1870 a 1930. Eram instituições inspiradas em museus europeus e americanos, orientadas por parâmetros biológicos de investigação e modelos evolucionistas de análise, onde a ordem do dia era comparar e

classificar: são o Museu Nacional (1808), o Museu Paraense Emilio Goeldi (1866) e o Museu Paulista ou do Ypiranga (1894). Nestas instituições, pode-se observar o predomínio das ciências naturais. Mesmo quando se fala em antropologia, esta é entendida de maneira muito mais próxima da biologia do que de teorias filosóficas ou sociológicas, focando-se sobre o estudo do sistema nervoso e a medição de crânios, por exemplo (Schwartz, 2005). O Museu inseriu-se, assim, nesta mesma lógica, concedendo preponderância às ciências naturais.

Os primeiros esforços do diretor Francisco Rodolfo Simch concentraram-se em formar as coleções, através da compra de exemplares, do recebimento de doações e da realização de saídas a campo pelo interior do estado, onde recolhia o que era considerado de interesse, notadamente material referente à botânica, zoologia e mineralogia. A importância destas “excursões” é constantemente lembrada por Simch nas solicitações de verbas regulares para tais empreendimentos ao Governo. Segundo ele, materiais de ciências naturais estavam sujeitos à degradação orgânica, precisando, portanto, ser constantemente substituídos. Para isso não se poderia contar com doações, como também não se podia esperar que estas, por si só, fizessem aumentar as coleções. Era imprescindível viajar e coletar material.

Criado com objetivos amplos, mas caracterizando-se principalmente como um Museu de Ciências, o Museu Julio de Castilhos tomou parte na rede de comunicação entre os museus de História Natural estabelecidos na Europa, Estados Unidos, América e Brasil (Lopes e Murrielo, 2005). Por esse direcionamento, conduzido especialmente por seu diretor, o museu pautou sua atuação, nas suas primeiras décadas, adotando procedimentos concernentes às ciências naturais, tanto na formação de suas coleções, como na classificação e estudo das mesmas. Por sua relevância, no contexto estudado, foi reconhecido como referência museológica no campo das ciências, localizada no extremo sul do Brasil (Nedel, 1999).

No entanto, os esforços de Francisco Rodolpho Simch em consolidar uma instituição científica no estado mais meridional do Brasil nem sempre eram compreendidos por seus superiores. Por um lado, a criação do Museu pode ser vista como uma iniciativa dos republicanos gaúchos no atendimento de uma política voltada ao progresso e a uma sociedade científica, nos moldes propugnados pelo castilhismo positivista. Desse modo, a criação do Museu do Estado inseriu-se no contexto de criação de outras instituições no estado, localizadas na capital, como o Arquivo Público e a Biblioteca Pública. Por outro lado, após a fundação do Museu não serão pequenas as reivindicações encaminhadas por seu diretor a seus superiores. A mais contundente refere-se, sem dúvida, às condições do espaço físico do museu. São inúmeros os relatos de seu diretor, apontando as deficiências e precariedades

da casa recebida como sede do museu. Inicialmente, foi aceita de bom grado pelo diretor a transferência do museu para a antiga morada do presidente do Estado, recém falecido, e que dera nova denominação ao museu. No entanto, tal iniciativa acabou demonstrando a precariedade da adaptação da função museológica em uma edificação construída para servir de moradia.

Além do espaço físico, Francisco Rodolpho Simch passou o período de sua gestão solicitando a publicação de uma revista, com a finalidade de divulgar a produção científica realizada no museu. Visivelmente cansado de ver seus pedidos não atendidos, o diretor resolve retirar-se da função. Com o olhar voltado para as ciências naturais, o diretor impingiu uma marca ao Museu Julio de Castilhos, nas suas primeiras décadas de existência que se coadunava com a necessidade de conhecimento das riquezas naturais do território do Rio Grande do Sul. O Museu, desse modo, cumpria uma função científica de dar a conhecer as riquezas naturais do território, passíveis de exploração econômica, em sintonia com os museus que formaram suas coleções de ciências naturais em outros contextos (Lopes, 1997).

Esse perfil, no entanto, veio a se modificar com as mudanças que se avizinhavam. A partir de então, o museu recebeu novas feições, marcando um segundo momento de sua trajetória histórica.

A História no Museu

Em 1925 mudanças ocorreram na instituição e que a direcionaram para um perfil diferenciado daquele até então concebido e que marcara suas práticas. O Museu voltou-se para os assuntos de cunho histórico, ao serem transferidos para seus espaços a Seção Histórica do Arquivo Público e o recém-criado Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Nedel, 1999).

O escritor Alcides Maya veio a substituir Francisco Rodolpho Simch, sendo o museu transferido do serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras para a Secretaria do Interior. Internamente, o museu foi estruturado em dois departamentos, Departamento de História Nacional e Departamento de História Natural. São justamente as atividades levadas a efeito pela primeira seção que me interessa aqui investigar.

As atividades organizadas pelo Museu a partir desse período ganham expressão seja nas correspondências da instituição, nos seus relatórios ou nas revistas publicadas. A publicação da Revista é digna de nota. Entre 1920 e 1925 denominou-se Revista do Arquivo Publico do Rio Grande do Sul, contendo a compilação de

diversos documentos sobre a ocupação do território (concessão de sesmarias, limites geográficos), operações do Exército e assuntos militares (campanhas na fronteira, por exemplo); correspondências com o poder central e das câmaras municipais; inventários; mapas, entre outros assuntos.

As edições a partir de 1927 apresentam alterada sua denominação para Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul e modificam, consideravelmente, seu conteúdo em relação a sua precedente. Além de continuar a compilação de documentos históricos, como a correspondência de Dom Diogo de Souza, acrescenta diversos outros artigos sobre temáticas ligadas às ciências naturais, tais como zoologia, arqueologia, etnografia, geologia, botânica. Chama a atenção artigo de autoria de Rudolf Gliesch, intitulado A importância dos Museus de História Natural, especialmente de zoologia, publicado em contexto justamente em que essa tipologia de museu perdia terreno no Museu Júlio de Castilhos. Uma seção em separado intitulava-se contribuição do Arquivo público.

A Revista pode ser considerada a marca distintiva do MJC nesse contexto, pois era através desse veículo que a instituição dava-se a ver para outras instituições congêneres na capital, no interior do estado, em outros estados brasileiros e mesmo fora do Brasil. A Revista não apenas era enviada a diversas instituições, como era recebida mediante assinatura, cujos valores eram recolhidos pelo Tesouro do Estado. Além de muito apreciada e desejada, a publicação era lida detalhadamente. São inúmeras as correspondências recebidas pelo Museu comentando, questionando ou refutando informações fornecidas pelos documentos transcritos na revista.

Além da edição da revista, as pesquisas realizadas pelo Departamento de História Nacional do Museu merecem consideração. A instituição organizou principalmente a busca pelos diversos municípios do Rio Grande do Sul de documentos que pudessem estar relacionados com as origens do estado e, sobretudo, sobre os acontecimentos relativos à Revolução Farroupilha. Eram enviados pelo museu funcionários com a missão de copiar ou recolher documentos, assim como se tornou usual a população escrever ao diretor da instituição relatando as informações que conhecia sobre o episódio ou auxiliando na busca de tais documentos.

Além de pesquisar no próprio âmbito do estado, a instituição buscou fontes em instituições de pesquisa da capital federal, como Arquivo e Biblioteca Nacional, arquivos da Guerra e da Marinha, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outras. Essas incursões nos arquivos tornaram-se mais frequentes à medida que se aproximava o ano de 1935 que marcaria a efeméride do Centenário da Revolução

Farrroupilha. Era místico para os republicanos escrever a “verdadeira história” desse episódio. Chama a atenção nas palavras de ambos os pesquisadores a presença de representações vinculadas ao aspecto religioso para caracterizar aspectos de suas práticas de pesquisa. Eduardo Duarte considera uma “cruzada” os feitos do Museu de busca, localização, recolha e cópia de documentos levados a efeito pelo interior do estado, especialmente nas localidades por onde passaram os farrapos. Aurélio Porto, por outro lado, representa como “benedictina”, “sacerdócio” o métier do historiador preocupado com a verdade histórica. Além disso, utiliza a passagem bíblica do Novo Testamento, quando Jesus expulsa os comerciantes do Templo, para se referir aos historiadores como “falsos vendilhões” que deveriam ser expulsos da história ou da verdade histórica (seu templo, o templo da história). As buscas de Aurélio Porto na Capital Federal resultaram na localização da coleção completa do jornal O Americano, órgão da República Rio-Grandense publicado entre 1842 e 1843, e que ao lado do jornal O Povo e Estrella do Sul, viriam a completar a coleção de todos os jornais editados no período revolucionário. Em 1930 o Museu editou o primeiro volume da série Documentos Interessantes para a história da grande Revolução de 1835-1845, composto pela reimpressão fac-símile do jornal O Povo, órgão oficial dos farrapos. A publicação foi largamente distribuída no Rio Grande do Sul e nos demais estados brasileiros.

A prática de investigação histórica no Museu Julio de Castilhos mostra a empresa de construção da história regional e em especial, a história da Revolução Farrroupilha, cuja efeméride aproximava-se no período aqui analisado, levada a efeito pelo Executivo Estadual através do Museu. Esse esforço estava em consonância com a criação de instituições gestoras da memória, como o Museu do Estado, o Arquivo Público, a Biblioteca Pública. O Governo Republicano mostrava, assim, a relevância do controle político sobre as operações de construção de representações sobre o passado rio-grandense. Nesse sentido, o MJC recebeu apoio para realizar suas investigações, localizando e compilando documentos, mas também para divulgá-los por meio da edição de publicações e da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

O Estado Republicano, nessa perspectiva, colocou-se como Estado gestor da memória e das representações do passado, através das práticas de pesquisa histórica levadas a efeito pelo Museu Julio de Castilhos. No âmbito desse escopo almejou uma prática historiadora em moldes científicos, cujos pressupostos do contexto estava em encontrar a verdade histórica. A construção dessa verdade histórica passava pela busca exaustiva de documentos nos arquivos, na tentativa de localização dos mais diversos vestígios escritos sobre o passado regional.

Nessa empreitada, os agentes-pesquisadores do Estado envolveram também a população, que passou a ser coadjuvante nessa coleta, encaminhando seus achados à instituição.

Observa-se, assim, que o Museu Julio de Castilhos adquire as características de um “museu mutante”, conforme Letícia Nedel, alterando seu perfil de atuação ao longo do tempo. Concebido como um museu com ampla abrangência temática, configurou-se nos seus primeiros anos como um museu de ciências, estando suas coleções vinculadas especialmente às áreas de botânica, zoologia e mineralogia. A partir de 1925, abrigando instituições de cunho histórico, voltou-se para a produção de estudos históricos, através dos procedimentos de localização, busca e compilação de documentos escritos sobre o passado rio-grandense. Nesse segundo momento foi a instituição responsável pela produção histórica sobre o Rio Grande do Sul, antes da configuração acadêmica desse campo.

Nesse sentido, observo a relevância da investigação dos museus e suas coleções em perspectiva histórica, na medida em que essas instituições estão profundamente vinculadas à produção de saberes em diferentes campos do conhecimento. Sua história, por outro lado, permite uma aproximação com práticas e representações preponderantes em determinados contextos. O que era relevante para ser objeto de colecionamento e de conhecimento dos museus, era também importante para ser conhecido pelas sociedades daqueles contextos. O museu, assim, pode ser vislumbrado como um microcosmo social que interage com um todo maior, nele atuando e dele sofrendo interferência.

Referencia Bibliográfica.

ABREU, Regina. A fabricação do imortal: Memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, Museu Paulista, 2005.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal:** museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/Ibram, 2009. 258 p.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados. São Paulo, n. 11(5), p. 173-191, 1991.

LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOPES, Maria Margaret; MURRIELLO, Sandra Elena. Ciências e educação em museus no final do século XIX. Hist. cienc. saude-Manguinhos v.12 supl.0, Rio de Janeiro 2005.

NEDEL, Letícia Borges. “Paisagens da Província”: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta. Dissertação. (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 1999.

POSSAMAI, Zita Rosane; BENETTI, Daiane. Um museu de ciências se aproxima da escola: relações entre o Museu do Estado e a educação nas primeiras décadas do século XX. In: Anais do 15º Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, Caxias do Sul, 2009.

POSSAMAI, Zita Rosane. “Lições de coisas” no museu: o método intuitivo e o museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. In: Anais do Congresso Luso-Brasileiro de história da Educação, São Luiz, 2010. RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre, 1903-1925. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. A escrita do passado em museus históricos: museu, memória e cidadania. São Paulo: Garamond, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.